

Jornal do Engenheiro Agrônomo

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT

ANO 43, Março/Abril de 2013, nº 270



Novo embate

A polêmica sobre a compra de terras brasileiras por estrangeiros | Pág 06

Entrevista

Luiz Antonio Pinazza, diretor executivo da ABAG, fala sobre sua paixão, o agro | Pág 11



Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Federações
de Eng. Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Presidente Angelo Petto Neto
angelo.petto.neto@gmail.com

1º vice José Antonio Piedade
japiedade@ig.com.br | piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Henrique Mazotini
henrique.mazotini@andav.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho Figueiredo
anikka@lexxa.com.br

2º secretário Andrea Cristiane Sanches
andrea_sanches@uol.com.br

1º tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira
aenda@aenda.org.br

2º tesoureiro Celso Roberto Panzani
caccamp@terra.com.br

Diretor André Arnosti
andre_arnosti@hotmail.com

Diretora Francisca Ramos de Queiroz
nfr_queiroz@hotmail.com

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez
glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior
nmoliveira@codasp.sp.gov.br

Diretor Pedro Shigueru Katayama
pedrokatayama@bol.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud, Arlei Arnaldo Madeira, Cristiano Walter Simon, Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, Francisco José Burlamaqui Faraco, Guilherme Luiz Guimarães, João Sereno Lammel, José Eduardo Abramides Testa, José Luis Sussumu Sasaki, José Otávio Machado Menten, José Paulo Saes, Luiz Antonio Pinazza, Mário Ribeiro Duarte, Taís Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

Celso Luis Rodrigues Vegro, Luis Alberto Bourreau, Luiz Henrique Carvalho.

Suplentes: André Luis Sanches, Cássio Roberto de Oliveira, René de Paula Posso



Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto,
e Tulio Teixeira de Oliveira.

Diretor Responsável
Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável
Adriana Ferreira (MTB 42376)

Secretária: Alessandra Copque

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

redacaojea@aeasp.org.br/aeasp@aeasp.org.br

Envie mensagens com sugestões e críticas para
a editora: adriana@certacomunica.com.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

EDITORIAL

Mais uma vez a AEASP tem a honra de realizar sua tradicional Festa da Deusa Ceres, onde presta homenagem aos engenheiros agrônomos que se destacaram nas atividades agrônômicas. Os eleitos no ano de 2012 receberão suas láureas na Agrishow, no Auditório da Fazenda, no próximo dia 02 de maio.

A atual diretoria, em conjunto com o conselho deliberativo da AEASP, buscou este novo espaço visando uma maior divulgação, bem como atrair novos apoiadores, interiorizar suas ações, aproveitando para se inserir no maior evento do Agronegócio Brasileiro.

Somos gratos ao acolhimento dado pelas entidades realizadoras da Agrishow, e que possibilitaram a entrega das homenagens nesse evento. São elas: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Nesta Edição 270 do JEA, escolhemos como tema da matéria de capa, "a compra e arrendamento de terras brasileiras por estrangeiros". Este assunto importantíssimo é também polêmico, e em razão disso, acreditamos que é necessário um debate competente, com divulgação dos diversos pontos de vista acerca da questão.

A AEASP entende que quaisquer barreiras que dificultem a implementação das atividades agropecuárias devem ser rapidamente eliminadas, visando atender a crescente demanda mundial de alimentos, energia e fibras. Nesta reportagem, especialistas vão nos ajudar a elucidar vários aspectos que envolvem o assunto.

Em 2013, completam 20 anos de vida duas importantíssimas instituições do AGRO Brasileiro: a ABAG e a Agrishow. Parabenzamos a todos os colegas que ajudaram a construir essas entidades, referências do setor. E aproveitamos a oportunidade para entrevistar o engenheiro agrônomo Luiz Antonio Pinazza, o "Pinazinha", diretor executivo da ABAG.

No intuito de colocarmos a agronomia em posição de destaque no agronegócio brasileiro, presidindo também a CONFAEAB e juntamente com a diretoria, cumprindo o lema "Reconstrução: por uma Agronomia unida, forte e atuante" nos envolvemos nas questões que são relevantes para o setor. Por essa razão, realizaremos o XXVIII Congresso Brasileiro de Agronomia, de 19 a 22 de Novembro de 2013, em Cuiabá (MT).

Boa leitura!

Eng. Agrônomo Angelo Petto Neto



Foto: Divulgação



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930
Site: www.aeasp.org.br
E-mail: redacaojea@aeasp.org.br / aeasp@aeasp.org.br

Secretária da Agricultura é a “Mulher Profissional 2013”

A Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas no Estado de São Paulo (ABEA) homenageou, em sessão solene, a Secretária Estadual de Agricultura, Mônica Bergamaschi, com o título de Mulher Profissional 2013. Também foram homenageadas as mulheres presidentes de associações de profissionais ligadas à Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (FAEASP).



Campanha eficiente

O presidente da ANDAV, Henrique Mazotini esteve na reunião em que os presidentes da CETESB, Otavio Okano e João Cesar Rando, da inpEV, assinaram um Termo de Cooperação, na sede da agência ambiental paulista, para planejar o condicionamento e transporte de agrotóxicos - proibidos desde a década de 1980 no país - para serem incinerados em fornos adequados. Aproximadamente 270 ton. de agrotóxicos obsoletos, hoje armazenados por produtores rurais em várias regiões do Estado de São Paulo, serão incineradas em locais licenciados pela CETESB.

CREA-SP: novos diretores

Em janeiro, o conselheiro e diretor da AEASP, Nelson Matheus, foi eleito para a Diretoria do CREA- SP, gestão 2013, como diretor de relações institucionais.

IAC tem novo Diretor-geral

Sérgio Augusto Morais Carbonell assumiu a Diretoria-geral do Instituto Agrônomo (IAC), de Campinas, no dia 13 de março de 2013. Até então, estava à frente da Diretoria do Centro de Grãos e Fibras do IAC, desde janeiro de 2008, onde atua como pesquisador científico nível VI na área de melhoramento genético do feijoeiro.

Ele possui experiências administrativas junto ao Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (CONSEPA) e à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), que contribuíram para o desenvolvimento de uma visão acerca da pesquisa nacional. A transferência de tecnologia está entre as prioridades de Carbonell, por acreditar que a razão e o valor da ciência são reforçados à medida que seus resultados chegam até aqueles que podem adotá-los com o objetivo de melhorar as formas de produção agrícola e a qualidade de vida da população.



Os influentes

A Revista Dinheiro Rural, em sua edição especial número 100, elencou as 100 personalidades mais influentes do agronegócio. A lista traz empresários, entidades e profissionais que se destacaram no setor. Dentre os citados, 19 são engenheiros agrônomos.

Nosso adeus

DESPEDIDA

A AEASP lamenta a morte dos colegas, Tomaz Caetano C. Ripoli e Angelo Savy Filho



Piracicabano, esalqueano, da turma de 1970 e apaixonado tanto pela cidade como pela universidade, o engenheiro agrônomo Tomaz Caetano Cannavam Ripoli morreu no dia 24 de fevereiro, vítima de um câncer.

O professor Caetano, como era conhecido, fez mestrado (1974) e doutorado (1983) onde se graduou. Concluiu uma especialização em administração agropecuária em Israel, em 1988, a livre-docência na USP, em 1991, e o pós-doutorado na Califórnia, em 1994. Era professor titular de engenharia rural da ESALQ des-

de 1996. Há poucos meses, lançou com a filha Bianca, publicitária, o livro de fotos “Cantos e Recantos”, com imagens comuns do prédio da ESALQ.

O colega, eng. agrônomo Angelo Savy Filho, faleceu em 01 de fevereiro. Formado pela ESALQ, em 1967, ele era pesquisador aposentado do Instituto Agrônomo de Campinas. Enquanto trabalhou na instituição, Savy se dedicou a pesquisas com a cultura da mamona, foram mais de três décadas dedicadas ao tema.

Os comentários do mestre Fernando Penteado Cardoso

Expansão agrícola:

O fato concreto é que levam 20 anos para tocos e troncos se decomponem permitindo adaptar economicamente o terreno para cultivo mecanizado, ficando a área em pastagem nesse intervalo. Então, as projeções para o futuro requerem providências antecipadas, quer dizer imediatas. Que dizem os nossos responsáveis pelo futuro? Aos integrantes da Rural Jovem que me homenagearam, lancei um desafio: 100 milhões de ha cultivados daqui a 20/30 anos onde temos luz, calor e chuva.

O problema não é só daqui a 5 anos. Precisamos projetar o problema alimentar do mundo daqui a 30 anos. Tendo em conta o período necessário para decomposição de tocos e troncos, possibilitando uma limpeza econômica do terreno, há que se pensar já em novas aberturas em terras altas, bem conformadas, não inundá-



veis, capitalizando o recurso natural renovável de luz, calor e chuva. Nesse meio tempo planta-se capim para ter forragem de baixo custo, a qual pode ser transformada em carne de preço imbatível.

Mas ninguém vai se meter no sertão para abrir 20% da mata, deixando 80% para criatório de anofelinos, além de levar uma vida isolada por distâncias alongadas, dificultando apoio e convivência, com onerosa manutenção de caminhos.

O futuro do agronegócio brasileiro:

Falta só superar alguns preconceitos atuais para chegarmos a cultivar 100 milhões de hectares dentro de 20/30 anos. Nesse período haverá um magnífico progresso tecnológico, notadamente no campo dos transgênicos. A sociedade pressionará o governo para assegurar a movimentação e estocagem dos produtos da terra. O mundo vai precisar do alimento produzido pelo Brasil.

Precisamos repensar o assunto ambiental superando preconceitos e credices para capitalizar nosso maior recurso natural renovável: nosso clima de luz, calor e chuva. Está provado que a floresta é resultante do clima e solo, não é a causa. Reconhecemos que nada se produz à sombra do dossel arbóreo. Sabemos que é oneroso e ineficiente só cultivar 20%, ou mesmo 65% de um sítio ou fazenda. Registramos que toda a produção vegetal veio da remoção da vegetação primária e que as regiões produtoras continuam plenamente habitáveis. Devemos revogar impedimentos ambientais, pois teremos que remover a cobertura vegetal de novas áreas, parte de cerrado, parte de mata pesada, para chegarmos a 100 milhões de ha cultivados. Nada acontecerá com o clima, mas muito acontecerá com o enriquecimento do país quando tivermos novos municípios do padrão de Sorriso/MT.

* Fernando Penteado Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, ESALQ-USP, 1936



PARABÓLICA

Projeto incentiva a produção de orgânicos

O "São Paulo Orgânico" é resultado da parceria entre as secretarias de Agricultura e Abastecimento e a de Meio Ambiente

O mercado de produtos orgânicos ganhou um reforço importante do Governo do Estado de São Paulo com o lançamento do Projeto São Paulo Orgânico. Desenvolvido pelas secretarias de Agricultura e Abastecimento e de Meio Ambiente, o programa incentiva a agricultura orgânica, com redução de insumos químicos e consequente oferta de produtos mais seguros e saudáveis.

Produtores orgânicos terão acesso a uma linha exclusiva de financiamento para agricultura orgânica. O teto é de até R\$ 100 mil por agricultor, pessoa física ou jurídica, e de até R\$ 400 mil por cooperativa ou associação de agricultores. O prazo de pagamento é de até 7 anos, inclusa a carência de até 4 anos, juros de 3% ao ano.

O projeto também contempla a capacitação de técnicos de extensão rural para orientar os agricultores orgânicos e a promoção de eventos que estimulem os negócios com foco nas oportunidades da Copa de 2014.



Monitoramento dos resíduos

*Tulio Teixeira de Oliveira

O Ministério da Agricultura vem aprimorando seu monitoramento dos resíduos de pesticidas e, também, de outros contaminantes, nas culturas agrícolas. O trabalho de coleta é lastreado por informações de rastreabilidade, de forma que é possível identificar as regiões onde a falta de conformidade é mais grave e necessita de uma intervenção para implementar medidas de educação fitossanitária. A análise laboratorial vem ampliando o número de ingredientes ativos a pesquisar. Os resultados são expostos ao público com transparência, separando os produtos que realmente ultrapassaram seus limites máximos de resíduos permitidos daqueles que foram usados em lavouras para as quais não estavam registrados.

Para uma visão geral da situação, apresentamos a tabela de conformidade, publicada em janeiro de 2013, e relativa ao monitoramento efetuado pelo MAPA na safra 2011/2012.

Cultura	Amostras realizadas	Amostras conformes	Índice de conformidade
Abacaxi	8	8	100,00%
Alface	7	7	100,00%
Arroz	28	26	92,85%
Banana	14	14	100,00%
Batata	25	25	100,00%
Café	23	23	100,00%
Feijão	23	23	100,00%
Laranja	21	16	76,19%
Limão/Lima ácida	4	4	100,00%
Maçã	144	134	93,05%
Mamão	161	147	91,30%
Manga	31	27	87,09%
Melão	16	15	93,75%
Milho	46	43	93,47%
Morango	44	22	50,00%
Pêssego	28	4	14,28%
Pimentão	45	17	37,77%
Soja	3	3	100,00%
Tomate	2	2	100,00%
Trigo	17	8	47,05%
Uva	67	55	82,08%

Percebe-se o alto índice de conformidade, em geral. Ou seja, esse insuflamento fitossanitário tem sido cada vez mais usado com segurança, ao contrário do que a mídia repercute, mal informada por ativistas raivosos.

Todavia, existem algumas culturas com alto índice de não conformidade, como morango, pêssego, pimentão e trigo. Cabe aferir com mais acuidade o que se passa nessas culturas.

MORANGO: Os resultados nos mostram que o índice foi arrastado pelas amostras originadas no Rio Grande do Sul (50%) e São Paulo (28,5%). Examinemos São Paulo. De 10 ingredientes ativos não conformes, 3 foram por ultrapassagem do LMR e 7 por uso de produto não autorizado. Se o uso estivesse autorizado, o índice subiria para 78,5%. Isso explica que a má aplicação não é o fator preponderante, e sim, a falta de produtos autorizados para todas as necessidades da cultura. É claro que, às vezes até tem um produto indicado, mas por questões de custos o agricultor apela para o desvio do não autorizado. Não basta 1 só produto para determinado alvo biológico, o ideal é existir competição.

PÊSSEGO: A situação desta cultura é mais complicada, pois o baixo índice de 14,2% de conformidade é devido ao índice zero de conformidade das frutas importadas da Argentina e Chile (lá são aplicados produtos não autorizados aqui), combinado com os baixos índices do Rio Grande do Sul (28,5%) e Santa Catarina (18,1%), principais Estados produtores. Entretanto,

quase todas as violações nos 2 Estados foram de uso não autorizado; apenas uma foi por LMR violado.

Merece uma investigação técnica urgente para saber quais pragas estão precisando de produtos legalizados, pois o produtor desta fruta é bem consciente dos tratamentos fitossanitários e se está falhando é por falta de produto autorizado.

PIMENTÃO: O baixo índice de 37,3% foi resultado dos baixos índices no Distrito Federal (30,7%), Minas Gerais (33,3%), Pernambuco (0,0%) e São Paulo (41,6%). No DF, de 10 ingredientes ativos que apresentaram violação, apenas 1 foi por ultrapassar o LMR, ou seja, se desconsiderássemos os UNAs, o índice subiria para 90% de conformidade. Em MG, de 9 substâncias, apenas 2 foram por violar o LMR, significando que o índice por técnica de aplicação mesmo foi de 77,7%. Em Pernambuco e São Paulo, tudo foi por uso não autorizado, ou seja, não houve falta de técnica agrônoma nas aplicações.

TRIGO: O índice de 47,0% foi decorrente, em maior parte, das importações da Argentina, pois os produtos usados lá não são permitidos aqui para essa cultura (Clorpirifós metílico, Diclorvos e Triclorfon). Para termos uma ideia, o índice no Paraná e no Distrito Federal foi de 100% de conformidade.

A falta de produtos autorizados é o grande problema. Para enfrentar isso, o governo criou uma extensão de uso para CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE, através da Instrução Normativa Conjunta 001/2010, após insistência de quase uma década de entidades e pesquisadores. Mas a adesão está sendo lenta. Veja a situação atual:

Ingrediente Ativo	Inclusão pela INC 001/2010
Clorantroprole	Brócolis, Couve e Couve-flor
Fluazifope-P	Brócolis, Couve-flor, Mandioca e Repolho
Flumioxazina	Mandioca
Mandipropamina	Abóbora, Abrobinha, Brócolis, Cebolinha, Couve-flor e Mamão
Tiametoxam	Agrião, Alho-porró, Cebolinha, Coentro, Figo e Mandioca
Zeta-Cipermetrina	Mandioca e Repolho

Porque a adesão não é mais célere? Talvez porque as empresas não queiram responsabilizar-se sozinhas por indicações para pequenas culturas, que não trazem retorno econômico na venda dos produtos, mas trazem problemas de reclamações, pois é justamente entre os pequenos produtores que a má aplicação ainda persiste. Quando da discussão da INC 001/2010, a AENDA advogou a criação de Monografias separadas para esses usos, sob a chancela do governo, embora os testes pudessem ser custeados pelas empresas. O Agricultor e o Técnico habilitado para receber buscarem as informações nessas Monografias, caso não encontrassem nos rótulos e bulas. Essa seria uma estratégia para acelerar o programa.

Enquanto todas as pragas em todas as culturas não são cobertas por usos autorizados ou outras práticas fitossanitárias viáveis, que tal correlacionar o Índice de Conformidade apenas à violação dos Limites Máximos de Resíduos?

*Tulio Teixeira de Oliveira é Eng. Agrônomo e Diretor Executivo da AENDA / www.aenda.org.br; aenda@aenda.org.br



O embate

Depois do Código Florestal, a polêmica agora gira em torno da revisão da lei que trata da compra e arrendamento de propriedades rurais brasileiras por estrangeiros

Adriana Ferreira

Há 44 anos, a Lei nº 5.709 regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Ela impõe um teto máximo de 50 módulos fiscais para a compra ou o arrendamento de terras por não brasileiros. Os municípios podem ter até 25% de seu território sob controle de cidadãos ou empresas de outras nacionalidades e uma mesma nacionalidade estrangeira não pode deter mais do que 10% da área de um determinado município.

Entretanto esse texto vem sendo questionado desde a década de 1990, período em que o País abriu sua economia. Assim como ocorreu com o Código Florestal, há duas correntes antagônicas na forma de ver a regulamentação da terra.

Uma entende que é preciso manter tratamento diferenciado e mais rigoroso na negociação de terras para estrangeiros, seja este Pessoa Física ou Jurídica.

Já a outra, defende que se libere o comércio de terras para pessoas e companhias internacionais, e que eles recebam o mesmo tratamento dado aos nativos, submetidos à Constituição. Esta, por sua vez, determina que as propriedades devem cumprir sua função social, do contrário, o governo pode desapropriar a área.

Essa controvérsia ganhou força em 2010, quando a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu um parecer, aprovado pelo então presidente Lula, que dá nova interpretação a Lei 5.709/71 e intensifica o controle do Estado no caso da compra de propriedades por estrangeiros.

Segundo o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, a AGU tomou como base o Princípio da Soberania aplicado à ordem econômica. “Toda aquisição de terras feita por empresas, constituídas por leis brasileiras, mas sob controle estrangeiro, deverá se submeter à Lei 5.709/71. Ou seja, no registro constará a informação de que a propriedade pertence a uma empresa estrangeira; uma espécie de registro apartado, que também será comunicado ao Incra que fará esse controle juntos aos cartórios”, destacou o ministro.

De acordo com o Consultor-Geral da União, Ronaldo Vieira Junior, autor do documento, a aprovação do parecer pela AGU e pelo presidente da República significa uma importante mudança de posição do Estado. “Trata-se de nova interpretação que torna possível o conhecimento, controle e fiscalização sobre a movimentação de compra de terras por estrangeiros, possibilitando que sejam estendidas às empresas brasileiras controladas por estrangeiros, as limitações quanto ao tamanho das terras compradas” disse.

Segundo o Consultor, a “revisão também visa assegurar a soberania nacional em área estratégica da economia.”

Após a aprovação do parecer, as compras de terras são registradas em livros especiais nos cartórios de Imóveis. As aquisições feitas por empresas brasileiras controladas por estrangeiros devem ser comunicadas trimestralmente à Corregedoria de Justiça dos Estados e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A advogada Juliana Flávia Mattei, mestre em Direito Ambiental, sócia do escritório Franco Advogados, que atua no assessoramento de companhias do setor agrícola explica que as empresas estrangeiras e empresas brasileiras controladas por estrangeiros apenas podem adquirir e arrendar imóveis rurais com uma área inferior ou equivalente a 100 Módulos de Exploração Indefinida (MEIs — que pode variar entre 5 a 100 hectares dependendo da região e atividade explorada no imóvel), desde que obtidas autorizações do MAPA, Incra, dentre outros.

Antes, as pessoas jurídicas constituídas no Brasil, sob o regime

continua

das leis nacionais, mesmo que tivessem capital estrangeiro, podiam adquirir terras no Brasil sem restrições, já que não eram consideradas pessoas jurídicas estrangeiras. A nova interpretação, em resumo, equipara empresas brasileiras controladas por estrangeiros às pessoas físicas e empresas estrangeiras.

Impactos no agro

A revisão da Lei 5.709 causou uma reviravolta nos investimentos estrangeiros no País, em razão da insegurança jurídica gerada, atingindo especialmente o agronegócio. De acordo com estudo realizado pela Agroconsult e MBAgro para a Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A), em 2011, essas restrições à aquisição de terras brasileiras pelo capital estrangeiro constituem um impeditivo relevante ao desenvolvimento da agricultura no País.

O documento aponta a baixa disponibilidade e alto custo do capital como alguns dos motivos para o Brasil não conseguir ampliar sua produção agrícola em taxas compatíveis com a demanda internacional de alimentos. “A velocidade do processo de incorporação de novas áreas produtivas depende da disponibilidade de capital, necessário para cobrir investimentos como compra de terra, abertura de área e montagem da infraestrutura operacional adequada à produção eficiente em larga escala”, diz o estudo.

Embora afirme que o Brasil é o País que reúne as melhores características para uma rápida expansão da agricultura, a pesquisa diz que outras nações podem aproveitar os aportes estrangeiros que não encontram lugar no País, por conta das limitações e da insegurança jurídica geradas pelo parecer da AGU. “As oportunidades perdidas pelo Brasil serão aproveitadas por nossos concorrentes”, ressalta.

“Os países que, como o Brasil, têm baixa taxa de poupança e por isso, na maioria das vezes, baixa taxa de investimento, fazem sempre um grande esforço para atrair investimentos externos produtivos, usando a poupança dos outros países para gerar empregos e renda internamente”, argumenta o sócio da Agroconsult, engenheiro agrônomo André Pessoa.

Ele acrescenta que “os países brigam por esses investimentos, até mesmo os mais ricos, principalmente quando se trata de investimento que não vai sair do lugar e vai durar muito tempo produzindo”.

No entanto, o Advogado-Geral da União afirmou que o governo não receia a diminuição de investimentos estrangeiros no Brasil. Até porque, segundo ele, basta que as empresas se adaptem à nova realidade para continuar comprando terras. “Para isso, podem, por exemplo, se associar a empresas nacionais. Existem instrumentos jurídicos hábeis para dar uma solução a essas situações”, assegurou.

O sócio da Agroconsult concorda que os investimentos podem ser feitos através de associação com produtores e empresas nacionais. “Mas, nesse caso, os investidores não podem ter o controle da empresa. Por isso muitos não se sentem confortáveis na posição de sócios minoritários, sem poder decidir os rumos da gestão do investimento que viriam a fazer”, diz.

Há duas situações distintas geradas com o Parecer aprovado pela AGU. Em relação aos novos negócios, às novas aquisições de terras, a doutora Juliana Mattei também assinala que há instrumentos capazes de possibilitar a compra pelos estrangeiros. “Basta que a empresa estrangeira participe de uma empresa brasileira com participação menor do que 51% do capital social que os limites da Lei n. 5.709 já não serão aplicáveis”, explica.



Arquivo pessoal

Advogada Juliana Flávia Mattei, mestre em Direito Ambiental e sócia do escritório Franco Advogados

Há, ainda, outras estruturas societárias mais complexas que igualmente garantirão a aquisição das terras por estrangeiros. “Dependendo do interesse e objetivos em questão, uma forma poderá ser mais eficiente do que outra”, instrui a especialista.

Entretanto, nos negócios já iniciados quando da aprovação do Parecer do CGU é que surgiram os maiores problemas, alerta a advogada. “Isto porque – e essa é uma lamentável característica do Brasil – as regras são criadas ou mudadas durante o jogo. É essa insegurança jurídica a principal responsável pelo afastamento dos investidores, sejam eles nacionais ou estrangeiros.”

Muitas vezes, completa Juliana, “resta recorrer ao Judiciário para devolver o equilíbrio e a justiça a situações jurídicas postas em risco por essas mudanças repentinas e não sistemáticas”.

As razões

De acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) em 2003, existiam cerca de 4,3 milhões de imóveis, ocupando 418,5 milhões de hectares. Desses, 32,6 mil imóveis (0,7% do total) pertenciam a estrangeiros e ocupavam uma área de 5,1 milhões de hectares (1,2% da área total).

Em 2007, o número de imóveis ativos cadastrados atingiu um total de 5,2 milhões, um crescimento de 20% no período, ocupando 577,415 milhões de hectares. Desse total, 33,2 mil imóveis pertenciam a estrangeiros, um aumento de 2% no número de propriedades pertencentes a estrangeiros, se comparado a 2003. A maior parte dessas terras se encontrava em São Paulo.

O aumento da posse estrangeira talvez tenha motivado a reavaliação da Lei. Mas em linhas gerais, quem defende essa postura mais rígida teme que as companhias internacionais façam especulação,

Outras razões que geralmente justificam tais medidas pelos Estados dizem respeito a segurança nacional, domínio da infraestrutura, controle dos investimentos diretos estrangeiros, bem como a garantia do controle da produção de alimentos.



Divulgação

Eng. agrônomo André Pessoa, sócio da Agroconsult

Porém os pesquisadores Augusto Santana Hage, Marcus Peixoto e José Eustáquio Ribeiro V. Filho ressaltam, em estudo recente intitulado, "Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - mais oportunidades do que riscos" que o Estado é soberano e não perde o controle da ocupação do território nacional, mesmo diante da existência de legislação mais flexível ao investimento externo estrangeiro na produção agrícola.

Com relação à segurança alimentar, os especialistas dizem ainda que, caso haja desabastecimento do mercado interno, o País pode adotar quotas e impostos de exportação, bem como criar estoques reguladores. "Quanto à soberania nacional, os estrangeiros estão sujeitos às mesmas regras jurídicas e ambientais que o produtor brasileiro. Havendo qualquer desobediência à legislação ou mesmo uso indevido da terra, pode-se adotar a desapropriação como medida corretiva".

André Pessoa enfatiza que "empresas autorizadas a funcionar no Brasil se submetem às mesmas regras ambientais, trabalhistas, tributárias, jurídicas, e enfrentam as mesmas adversidades para operar e investir que qualquer empresário ou produtor local tem de enfrentar. A capacidade de impor suas normas e leis a todos os que vivem e produzem dentro de seu território é que determina a soberania de um país".

O temor quanto à especulação, de acordo com os pesquisadores, não se justifica porque "a legislação brasileira prima pelo cumprimento da função social da terra pelos seus proprietários. Normas legais, como o Estatuto da Terra e os Índices Mínimos de Produtividade, impedem este tipo de procedimento, pois a terra improdutiva pode ser desapropriada para fins de reforma agrária".

Os estudiosos reconhecem que é preciso monitorar a aquisição de terras por estrangeiros, o que pode ser feito por meio de registro e atualização dos dados de propriedades rurais. Sobre tudo eles concordam que "a restrição imposta pela legislação à aquisição de terras por estrangeiros pode reduzir ou mesmo inviabilizar parte dos investimentos produtivos no setor agropecuário brasileiro, em especial nos estados cuja economia depende desse segmento".

Na opinião da doutora Juliana Mattei, a questão não está em proibir a participação estrangeira, mas, sim, em definir normas claras e precisas sobre como e em que condições ela será permitida, e seguindo-se o rito legislativo próprio, que é via Congresso Nacional, e não um gabinete isolado, por mais méritos que tenha a decisão ali proferida.

Um dos instrumentos que já existe e que poderá ser aprimorado pela legislação é a definição das finalidades permitidas para as áreas adquiridas por estrangeiros, lembra a advogada Juliana. Isto significa impor, por meio da lei, o limite para a área a ser adquirida pelo estrangeiro e os meios de fiscalização e controle de sua utilização, forçando a sua aquisição somente nos casos em que se pretende efetivamente produzir na área, e não apenas a reserva de mercado.

"Há muito que se discutir e construir no tema, pelo que as iniciativas para o debate, como as audiências públicas, são sempre louváveis", finaliza a doutora.

Na mesma linha de argumentação, André diz que o governo já tem informações sobre os imóveis adquiridos por estrangeiros espalhadas em diversos órgãos. "Para tirar o cipoal de licenças para produzir, empresas e produtores têm de fornecer inúmeras informações. Mas o Governo é incapaz de criar um sistema de cadastro único com esses dados atualizados. Na era da informática e no país da eleição com urna eletrônica é uma piada de mau gosto", critica ele.

Cenário político

A polêmica jurídica se estendeu aos outros Poderes. No Congresso Nacional já tramitavam alguns Projetos de Lei (PL) que tratavam do assunto. Mas no segundo semestre de 2012, alguns entraram em análise. Se aprovados, eles devem alterar as regras vigentes. Os PLs que se debruçam sobre o tema são: 2289/07 e 4059/2012, aos quais ainda estão anexados outros PLs, como, 2376/2007, 3483/2008, 4240/2008.

"Tanto no Projeto de Lei n. 2289/2007 quanto no PL 4059/2012, entre outras modificações, há disposição expressa quanto a não aplicação das limitações à aquisição de áreas rurais por estrangeiros às empresas brasileiras, ainda que tenham participação majoritária em seus quadros societários de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras", salienta a doutora Juliana Mattei.

Não se pode assegurar o rápido progresso da tramitação dos PLs, pois a pauta do Congresso é influenciada por inúmeros fatores. Mas, segundo a especialista, há indícios de que a apreciação possa acontecer ainda nesse governo.

O PL 4059/2012 é resultado do trabalho da subcomissão especial destinada a analisar os negócios de estrangeiros sobre terras rurais brasileiras, que aprovou relatório em maio de 2012. O grupo foi criado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e o projeto foi assinado pelo presidente do colegiado, o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE). Para analisar as propostas desse PL estava agendada uma audiência pública em 05 de novembro de 2012, mas foi cancelada. Agora, se aguarda a retomada dos procedimentos, para que o PL seja analisado pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ir para o Plenário.

A modificação na legislação pode aumentar a participação estrangeira e determinar o retorno de alguns investidores. Por outro lado, a advogada Juliana acredita que a manutenção da lei, da forma que está, não será capaz de impedir totalmente a participação estrangeira no cenário rural brasileiro. "Tudo irá depender de como a economia brasileira, de uma forma geral, será conduzida durante os próximos anos", conclui.

Disputa jurídica

Em 12 de setembro de 2012, foi publicada uma decisão em sede de Mandado de Segurança pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em benefício de uma companhia brasileira controlada por capital estrangeiro, proprietária de imóvel rural. Em decorrência deste processo, foi determinado que os Cartórios de Registro de Imóveis e os Tabelionatos de Notas do Estado de São Paulo (não incluindo os demais estados do Brasil) estão dispensados de observarem as restrições e as determinações impostas pela Lei 5.709/1971 e pelo Decreto 74.965/1974, afastando a aplicação da interpretação contida no Parecer. Para a doutora Juliana, todas essas últimas determinações de alcance limitado não retiram a aplicabilidade do Parecer como regra geral. "Elas só aumentam a sensação de insegurança jurídica que tanto repudiamos", assinala.

Empresa Júnior do mês:

Terra Júnior - Projetos & Consultorias

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

A Terra Júnior - Projetos & Consultorias, referência entre as empresas juniores da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, é uma empresa que atua no ramo de consultorias e projetos administrativos, agropecuários e organização de eventos. Fundada no ano de 2000 é formada por alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Administração, Agronomia, Ciência da Computação, Direito, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia e Sistemas de Informação. Conta com total assistência de professores dos departamentos dos cursos acima descritos.

A empresa presta serviços de consultorias em vários estados brasileiros, sempre prezando pela qualidade, eficiência e ética no trabalho a ser realizado. Por ser a única empresa júnior de caráter multidisciplinar na região de Lavras, se tornou diferenciada pela grande capacitação teórica dos membros e pela orientação de professores da UFLA.

A Terra Jr. presta consultorias agropecuárias e desenvolve projetos em propriedades de pequeno, médio e grande porte, com qualidade e preço muito mais acessível que no mercado.

São oferecidos serviços técnicos em: Grandes culturas, olericultura, fruticultura, pecuária de corte e leite, avicultura, piscicultura, equideocultura, silvicultura, mapeamento e reserva legal de propriedades rurais, dentre outras atividades.

Serviços

A crescente produção de alimentos para consumo humano e animal vem proporcionando um aumento contínuo e expressivo da produção ao longo dos últimos anos.

O impacto da produção dessas culturas representa altos custos, sendo responsável por 45 a 65% dos custos totais de produção, dependendo do sistema utilizado. Desta forma, é necessário conhecer as ferramentas para a realização dos tratamentos culturais para buscar a máxima eficiência produtiva e econômica. Em razão disto, a Terra Júnior atua em grandes culturas: milho, café, soja e cana de açúcar.

O objetivo é compreender as características e necessidades das culturas em cada fase de desenvolvimento (preparo de solo, plantio, tratamentos culturais etc.). Capacitar técnicos para adequar os tratamentos culturais da propriedade nos mais diversos sistemas de produção (plantio

direto e convencional). Conhecer as pragas e doenças e suas formas de controle. Entender as características dos insumos mais utilizados na adubação no Sul de MG, bem como discutir sobre o planejamento estratégico para comercialização dos produtos finais.

O atendimento pode ser prestado a propriedades com várias finalidades de produção. Das culturas descritas acima, em sistemas convencionais ou de plantio direto, devido ao seu alto grau de personalização e aplicabilidade, podendo ser aplicado em propriedades rurais de pequeno, médio e grande porte.

Os projetos são realizados por preços acessíveis, em torno de 30% do valor de mercado.

EREP

O Encontro Regional de Excelência Profissional (EREP) oferece aos alunos de graduação, pós-graduação e recém-formados, um aprimoramento profissional abordando: perfis profissionais, comportamento empresarial e tendências corporativas, trazendo vários representantes de maior destaque do agronegócio.

Temas atuais de interesse geral são abordados pelos mais conceituados palestrantes de cada área, que são convidados pela comissão organizadora, tendo o apoio da UFLA, corpo docente, alunos, instituições de pesquisa e empresas privadas.

Simpósio do Agronegócio Brasileiro

“O Simpósio do Agronegócio Brasileiro – Situação Atual e Perspectivas” traz diversas palestras de profissionais da área de ciências agrárias. São abordados temas importantes, ministrados por profissionais altamente conceituados e atualizados. Os principais objetivos do evento são:

- Expor a importância dos cuidados ambientais para o setor se desenvolver sustentavelmente
- Intercâmbio de conhecimentos entre os participantes
- Aumentar a capacidade dos participantes para formar opiniões sobre os temas abordados
- Chamar a atenção dos produtores e profissionais de ciências agrárias sobre a importância da área no Brasil;
- Abordar temas que geram divergências de opiniões na sociedade;

Fonte: Departamento de Marketing da Terra Júnior



Luiz Antonio Pinazza



Abag

Ele nasceu e cresceu em Piracicaba, “olhando para a ESALQ”, conforme descreve. Filho de imigrantes italianos, Luiz Antonio Pinazza, desde a infância já frequentava o campus da universidade mais famosa da cidade, que era também um espaço de lazer; ia para lá de bonde, junto com o irmão, Antonio Hermínio Pinazza para se divertir.

Estudar naquela instituição era o sonho de um futuro promissor para muitos jovens de “Pira”. E os irmãos Pinazza, com o estímulo dos pais, que não eram nem agrônomos e nem produtores rurais, conseguiram passar no concorrido vestibular da ESALQ e formaram-se engenheiros agrônomos.

Pinazzinha, como era chamado pelos colegas, graduou-se em 1975. Apaixonado pelas ciências exatas, mas também amante das letras, ele estagiou no departamento de estatística e fez mestrado em economia na mesma instituição.

Passou pelo banco Banespa e trabalhou mais de uma década na Agroceres. Ele acompanhou e participou da transição da agricultura tradicional para o agronegócio. O gosto pelos grandes temas que cercam o agro o conduziram a uma posição inusitada para um engenheiro agrônomo, a de editor-executivo da revista AgroANALYSIS, onde desde 2003 responde pelo conteúdo da publicação.

Há um ano, é diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), onde trabalha desde a sua fundação, em 1994. É membro do conselho da empresa de consultoria Correnteza Gestão e Investimentos Rurais, conselheiro do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

■ Como foi observar a consolidação do conceito de agronegócio no Brasil?

A palavra agribusiness é de 1957, foi criada por John Davis e Goldberg. No Brasil, o Ney Bittencourt foi a grande personalidade empresarial na difusão desse conceito. Em 1994, surgia a Agrishow e a ABAG, duas grandes ideias, e figuras como Roberto Rodrigues, Flávio Menezes, Alysson Paulinelli participaram ativamente, junto com o Nei. E eu tive a sorte de conviver com eles.

■ Há um entendimento geral sobre o significado do agribusiness?

Na Agroceres, nós começamos a trabalhar no conceito de agribusiness, pensamos que ia ser como a palavra marketing, que não teve um substantivo na língua portuguesa. Mas, nesse caso, pegou o “agronegócio”. Porém ele foi mal compreendido, por muitos, como agricultura comercial. Na verdade, o agronegócio é um conceito da cadeia produtiva, que você tem que ter antes da porteira, dentro e depois. Trata-se de uma visão sistêmica, não é somente produzir.

Em 2000, o Brasil exportava 20 bilhões, hoje são 100 bilhões. Em uma década multiplicamos. Mudou radicalmente a visão da agricultura. Quando você passa a ter uma agricultura de excedentes você tem problema de armazenamento, comercialização, transporte, e nasce a cadeia produtiva.

■ E esse conceito vale para empresas rurais de todos os tamanhos?

Ele vale para todos os produtores, pequenos, médios e grandes, porque se ele não estiver inserido na cadeia produtiva, está fora do mercado.

Hoje, há pequenas propriedades no tamanho físico, mas com uma densidade econômica grande. A tecnologia fica mais im-

Apaixonado pela agronomia, o “esalqueano” Pinazza testemunhou e participou ativamente de momentos históricos do agronegócio brasileiro

portante e você dispensa terra, portanto o fator de produção terra se torna menos importante.

■ O agro brasileiro possui muitos desafios, mas quais são os mais urgentes?

A nossa infraestrutura e logística tem capacidade estática e a nossa produção dobrou, saiu de 90 milhões de toneladas e foi para 180. Há uma urgência nessas áreas. E esse ano vai ser gritante, temos muito açúcar e milho para exportar, fertilizante para importar. Tem também a lei dos caminhoneiros que afeta muito a logística. No entanto as mudanças, para diminuirmos a dependência dos portos de Paranaguá e Santos, devem levar mais dois ou três anos.

■ Como enxerga a profissão do engenheiro agrônomo na atualidade?

A engenharia agrônoma passou por um processo de radical fragmentação. Hoje, a gente assiste uma especialização, o engenheiro ficou ambiental, florestal, zootecnista, de mecanização agrícola. Foram criando outros cursos, mas não outra profissão. Sou favorável a uma formação eclética e uma especialização posterior. Muitas dessas profissões novas nem estão regulamentadas. Para mim, houve uma precipitação nesse processo.

■ Quem é o engenheiro agrônomo hoje?

Falta um diagnóstico. Quantas pessoas se formam em engenharia agrônoma, quantos de fato ficam na agricultura, quantos agrônomos existem, onde eles estão? São questões que precisamos responder. Você vê o agrônomo na promotória, no juizado, como desembargador, em quase todas as profissões. Por que isso acontece?

■ Em linhas gerais, o que falta entre os graduandos da agronomia?

Falta informação da atribuição, da legislação da profissão de engenheiro agrônomo. Falta o conhecimento da história da agricultura, o que é a agricultura, por que ela nasceu, quais os grandes benefícios, o que foi a Revolução Verde e o agribusiness.

■ E o que o mercado do agro tem para oferecer ao profissional?

A cadeia produtiva enriqueceu a formação do profissional. Há necessidades diversas e tudo depende da especialização do engenheiro agrônomo. Decodificar esse mercado exige pesquisa, os Conselhos Profissionais deveriam estar discutindo as transformações nesse mercado e seus reflexos para os profissionais. Como a agronomia vai conviver com a fragmentação? Antigamente, você ia numa comunidade estava lá, o padre, o médico, o juiz e o agrônomo. Hoje mudou.

■ Há uma queixa frequente entre os empresários do agro que faltam universitários preparados. Você concorda?

O jovem passa cinco anos na universidade e recebe grande carga teórica e na atividade profissional vem a carga prática, daí se desenvolve o potencial. Em todas as profissões isso acontece. Cargo executivo exige experiência e o agrônomo sai da faculdade com muito mais formação técnica do que administrativa. Neste caso, para ele ter uma ascensão é imprescindível ampliar o conhecimento em administração, economia e comunicação corporativa. As áreas de fiscalização sanitária e ambiental também ganharam importância.

■ Sua trajetória profissional foi construída em empresas e entidades, atuando como executivo. Como você se classifica profissionalmente?

Sou um agrônomo economista.

■ Se não fosse engenheiro agrônomo você seria...

Economista, jornalista e talvez atuando no agronegócio. Eu convivo com pessoas de muitas áreas, mas todas tem o mesmo amor que tenho pelo setor.

■ Qual o perfil do aluno no MBA de agronegócio da Faculdade de Getúlio Vargas onde você leciona?

Antigamente havia muito produtor rural, também tinha agrônomo, embora esses fossem mais ligados a produção. Hoje, tem jornalistas, muitos advogados, que querem entender legislação ambiental, economistas, administradores, e claro, produtores. O MBA oferece um salto grande porque tem a reciclagem de conhecimento, a montagem da networking, etc.

■ Quais áreas vão absorver mais engenheiros agrônomos?

Tecnologia de informação, biotecnologia, logística, esses três vão crescer e dizem respeito muito à tecnologia. Bom conhecimento e capacidade de comunicar esse conhecimento é fundamental para os profissionais.

■ Como funciona a Câmara temática de agricultura do MAPA, da qual você participa há oito anos e atualmente é presidente?

Ela trata de temas transversais e abraça uma grande parte da cadeia produtiva. Fazemos uma reunião a cada 45 dias, em Brasília, onde os setores levam seus pleitos. Participam membros e presidentes de entidades setoriais. Fazemos as monções e enviamos para a Casa Civil. A Câmara é um catalisador, teve grande participação, por exemplo, na Lei de Biossegurança, dos agrotóxicos. Ajuda a sensibilizar os Ministérios. Quando você começa a compartilhar a informação o conflito diminui.

■ Como avalia a trajetória de 20 anos da ABAG?

A ABAG trouxe uma grande contribuição porque veio bem preparada do ponto de vista da comunicação. Só foi possível conquistar todos os associados que temos com uma estratégia de conteúdo. Ela incorporou a sustentabilidade, a segurança ambiental, acompanhou a mudança na agronomia e o desenvolvimento social e econômico do País. Outro aspecto importante é que sem idealismo você não faz uma entidade. E na ABAG predominaram os idealistas, aqueles que doam com interesse de ajudar o Brasil e o setor.

■ Como organiza sua rotina para cumprir os vários compromissos?

Tenho muita angústia. Dá a impressão que eu não vou dar conta. As pessoas acham que eu sou sereno, mas por dentro há uma explosão.

■ Você identifica jovens líderes no agro?

Tem muitos talentos sim, você se surpreende quando vê anônimos fazendo trabalhos revolucionários. Afinal, o agronegócio são diversas cadeias produtivas, é muita competência reunida.

Eleições na Confaeab

A chapa "Reconstrução: Por uma Agronomia Unida, Forte e Atuarante" foi eleita, dia 30 de janeiro, para dirigir a Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab). O novo presidente da entidade é o engenheiro agrônomo Angelo Petto Neto, também presidente da AEASP, sua gestão vai até 2015.

O pleito ocorreu no Confea, em Brasília, e 21 representantes dos estados brasileiros filiados à Confaeab votaram. A solenidade de posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal ocorreu no mesmo dia.

Em discurso, o novo presidente da Confederação disse que os trabalhos da gestão 2013-2015 serão realizados em prol dos profissionais. "É um momento de reconstrução muito dignificante para a categoria da Engenharia Agrônômica", afirmou. Angelo anunciou ainda que, dentro das possibilidades, será viabilizada a oportunidade para que todos os estados filiados estejam sempre quites com a Confaeab. Também disse que sua gestão será pautada pelo cuidado com os recursos da instituição. Em agradecimento, o presidente lembrou-se dos ex-presidentes da instituição dirigindo-se especialmente a Francisco de Assis Bezerra, que esteve à frente da Confaeab até 2012. "Temos que render homenagem aos ex-presidentes. Eles merecem nosso respeito e consideração porque conseguiram manter a Confaeab desde 1927. Assis, aceite meu agradecimento."

Francisco de Assis Bezerra presidente da Confederação até o ano passado, colocou-se à disposição da nova diretoria. "O que nos une é a defesa da categoria. Isso é bem mais forte do que qualquer coisa. Estou deixando a presidência, mas não estarei ausente. Precisando de mim, estarei à disposição da Confederação", garantiu.

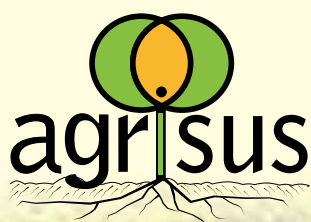
Anfitrião da solenidade de posse, o presidente do Confea, eng. civ. José Tadeu da Silva, garantiu apoio à Confaeab e destacou a importância de os trabalhos serem realizados em conjunto. "Se não tiver unidade e união, não teremos fortalecimento da entidade. Eu sempre falei isso. Temos que pensar no resultado coletivo – que é a valorização da profissão e dos profissionais", pontuou. José Tadeu lembrou ainda a relevância dos engenheiros agrônomos para o desenvolvimento do Brasil. "A categoria da Agronomia é responsável por garantir o superávit da nossa balança comercial, e esse papel é muito importante."

Representando a Mútua, o presidente e eng. agr. Cláudio Calheiros também chamou a atenção dos recém-eleitos para a parceria entre as instituições: "A Confaeab terá certamente o apoio da Mútua. E para a realização do Congresso Brasileiro de Agronomia deste ano, trabalharemos pela integração de todos e para que o evento seja participativo".

Das 25 entidades filiadas à Confaeab e aptas para a votação, participaram 21 delegados. Apenas uma chapa foi inscrita no processo eleitoral. Estiveram presentes na cerimônia representantes da Mútua, presidentes de Creas e conselheiros federais.

A Confaeab congrega e representa, tanto no Brasil quanto no exterior, as federações, associações e sociedades de engenheiros agrônomos com o objetivo de defender e coordenar os interesses da categoria e com foco no desenvolvimento da agricultura e da sociedade brasileira. Promove ainda ações que visam à valorização profissional. Confira no site da Confaeab a nova composição.

Texto: Julianna Curado / **Fotos:** Acervo Confea



FUNDAÇÃO AGRISUS

agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Duas décadas

ABAG

A ABAG completou 20 anos de sua fundação no dia 10 de março e lança um livro que conta essa trajetória. A entidade também apresenta o resultado da pesquisa ABAG/ESPM com o tema "A Percepção da População Urbana Brasileira sobre o Agronegócio Brasileiro

Agrishow

Outra grande referência para o agronegócio brasileiro que está completando duas décadas é a Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação). A edição 2013, que acontecerá de 29 de abril a 3 de maio, em Ribeirão Preto, contará com 790 expositores nacionais e estrangeiros, numa área total de 440 mil metros quadrados. Um livro que conta a história da feira será lançado durante o evento, em 30 de abril, com a presença do cantor e compositor Almir Sater e da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto.

Agenda

II Congresso Brasileiro de Fitossanidade

No Congresso serão abordados os temas Desenvolvimento de resistência a táticas de manejo, Perspectivas e desafios da fitossanidade, Alterações climáticas e implicações na fitossanidade, Fitossanidade em culturas extensivas, Fitossanidade em cultivos orgânicos, Resíduos no ambiente e Modelos de tomada de decisão. Já estão abertas as inscrições e o período para envio de trabalhos na forma de resumos expandidos se encerra em 30 de março de 2013. Mais informações no site: www.fcav.unesp.br/conbraf

Quando: Entre 31 de julho e 02 de agosto de 2013

Onde: Campus de Jaboticabal da UNESP

Curso de Pós-Graduação em Gestão do Agronegócio Café

O Curso de Especialização no Agronegócio do Café é um curso lato-sensu com credenciamento do Ministério da Educação (MEC) por meio da Instituição de Ensino Superior Fundação Instituto de Administração. Seu programa compreende disciplinas de formação em: Economia e Coordenação do Agronegócio Café; Administração Geral, Governança e Cooperativismo; Matemática e Gestão Financeira; Comercialização e Marketing; bem como, temas especiais relacionados ao agronegócio café.

Quando: Pré-inscrição até dia 10 de maio.

Onde: nas dependências da MINASUL, em Varginha (MG), em encontros de 14 horas, sendo às sextas-feiras das 8h às 18h e sábados das 08h às 13h. A duração do curso é de agosto a novembro.

Informações: unilly@unilly.com.br ou (11) 3818-4005

Longevidade

O Clube dos Agrônomos de Campinas (CAC) comemora seu Jubileu de Diamantes ao completar 75 anos, no dia 28 de março. O CAC é um espaço para atividades de lazer e esportes dedicado aos engenheiros agrônomos. Foi em sua antiga sede que nasceu a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo. O atual presidente do clube é o engenheiro agrônomo Celso Roberto Panzani.

Deusa Ceres

A tradicional Festa da Deusa Ceres, da AEASP, ocasião em que são homenageados os engenheiros agrônomos que se destacaram ao longo do ano, ocorrerá nas dependências da Agrishow, no dia 02 de maio, a partir das 15h.

40 anos da Embrapa

Na década de 1970, a agricultura se intensificava no Brasil. O crescimento acelerado da população e da renda per capita, e a abertura para o mercado externo mostravam que, sem investimentos em ciências agrárias, o País não conseguiria reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras. No âmbito do Ministério da Agricultura, um grupo debatia a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos, gerados no País, para repasse aos agricultores.

Então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, constituiu um grupo de trabalho para definir objetivos e funções da pesquisa agropecuária, sugerir providências e propor legislação adequada para assegurar o desenvolvimento desses trabalhos.

Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.881, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. E assim, em 1973, a Embrapa começou a operar. Alysson Paulinelli era, então, o ministro da Agricultura e trabalhou arduamente para estabelecer as bases da empresa, tendo sua imagem até hoje vinculada a ela.

Prestes a completar 40 anos, no dia 26 de abril, a Embrapa tem grande participação no progresso vivido pelo setor agropecuário no País. Hoje, executa cerca de 1,1 mil projetos de pesquisa, sendo que 22 são amplos e de longa duração e lidam com áreas novas como nanotecnologia, genômica e dinâmica dos gases de efeito estufa. Mais de 400 cuidam de questões como meio ambiente, segurança alimentar e qualidade nutricional e cerca de 590 buscam introduzir rápidas melhorias nos sistemas de produção para acelerar ganhos de produtores e consumidores.

Unidade Sinop

O presidente da AEASP, Angelo Petto Neto, visitou recentemente as instalações da Embrapa Agrosilvipastoril, em Sinop (MT), onde foi ciceroneado por João Plínio Veloso Silva, chefe geral da unidade, que lhe mostrou a grandeza dos trabalhos lá realizados.

Em seus modernos laboratórios, a Embrapa Agrosilvipastoril, que foi inaugurada em julho de 2012, desenvolve pesquisas voltadas para processos de capacitação em segmentos como pecuária de leite, silvicultura, fruticultura, bionergia, dentre outros. A agricultura de precisão, o sensoriamento remoto, a recuperação de áreas degradadas e tantos outros temas da atualidade também são estudados na unidade. Impressionado com o que viu, o presidente da AEASP considera o local "uma verdadeira joia da agricultura brasileira".

O centro de pesquisas é o primeiro da empresa instalado no Estado do Mato Grosso. O investimento para a construção da nova unidade foi de R\$ 30 milhões. A sede tem 8,5 mil metros quadrados e chama a atenção pelo trabalho de arquitetura e paisagismo. A estrutura é ampla e conta com salas, centro de treinamento, auditório e 24 laboratórios, em fase de instalação de aparelhos. Parte da madeira utilizada no projeto foi doada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), proveniente de operações contra o desmatamento irregular na região. A área total do centro de pesquisa tem 612 hectares, dos quais 580 são destinados à implantação de campos experimentais.

Congresso Brasileiro de Agronomia

O Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA), organizado pela Confaeab a cada dois anos, ocorrerá entre 19 e 22 de novembro de 2013, em Cuiabá (MT).

O tema central será a "Segurança Alimentar e Nutricional", com foco na produção de alimentos mais saudáveis, que levem em conta a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O evento pretende gerar oportunidades de negócios aos participantes. São parceiros do Congresso a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso (AEAMT), o Confea, o Crea-MT e a Mútua.

A força da tradição no ensino da Engenharia Agrônômica

**Maria Helena Calafiori*

O Curso de Engenharia Agrônômica “Manoel Carlos Gonçalves” foi criado em 1968, a partir do Decreto Federal n.º 63.687 de 26 de novembro de 1968, tendo formado sua 1ª turma em 1972. Hoje, ele passa por um processo de atualização, com foco nas práticas de ensino inovadoras, para atender as exigências do agronegócio e garantir uma melhor formação do profissional.

A Engenharia Agrônômica da Unipinhal tem formado profissionais nas áreas agrônômica e zootécnica, recebendo alunos da região e todas as partes do País, que buscam a tradição e o conhecimento adquirido pela instituição. Seus egressos ocupam posições de destaque no mercado de trabalho em diversas áreas, dentro e fora do Brasil.

A Instituição acredita ser fundamental compor seu quadro docente com professores que estejam afinados com a estrutura institucional e com seus objetivos. Ou seja, os docentes não apenas se identificam com o Projeto Pedagógico do curso, como também contribuem de forma vigorosa para seu aperfeiçoamento. O Curso, atualmente, possui 29 professores, sendo 11 doutores (37,93%), 16 mestres (55,17%) e 2 especialistas (6,9%).

Programas de extensão, também, são executados para aprimoramento do conhecimento de seus alunos como: preservação e sustentabilidade ambiental; transferência de tecnologias a produtores rurais; programas de segurança no campo e de educação ambiental; melhoria da qualidade de vida no meio rural; desenvolvimento de ações que envolvam a criança.

Dos programas de extensão desenvolvidos pelo Curso de Engenharia Agrônômica destacam-se a prestação de serviços à comunidade, palestras proferidas por professores e acadêmicos, a promoção de eventos.

Destaque especial deve ser dado às atividades da Empresa Júnior, associação sem fins lucrativos constituída por alunos de graduação do curso, que presta serviço e desenvolve projetos para empresas, entidades e sociedades em geral, facilitando o ingresso dos futuros profissionais no mercado de trabalho. Outros trabalhos prestados à comunidade são:

- Laboratório de Análises de Solo;
- Laboratório de Análise de Alimentos;
- Laboratório de Análise Foliar;
- Posto Agrometeorológico “Dr. Ângelo Paes de Camargo”;
- Piscicultura;
- Centro de Atendimento Fitossanitário – CAFi; .
- Dia de campo
- Organização de eventos

- Projeto Horta Escolar
- Projeto de reciclagem de óleo doméstico

O Curso tem tradição de pesquisa, exercida por seus professores, que é frequentemente acompanhada pela vinculação de alunos às diversas etapas do desenvolvimento da mesma, na forma de iniciação científica. Tem sido comum a participação desses alunos, durante e após a realização de um projeto de pesquisa em encontros científicos. O Curso de Engenharia Agrônômica tem participado, através da apresentação dos trabalhos pelos seus acadêmicos, do SIMPE (Simpósio de Pesquisa, Extensão e Ensino) promovido pela Coordenadoria de Pesquisa e Extensão do UniPinhal. Estes projetos passam por acompanhamento e aprovação da CIPEE-AGRO (Comissão Interna de Pesquisa Extensão e Estágio) do Curso de Engenharia Agrônômica e da CPE (Coordenadoria de Pesquisa e Extensão) do UniPinhal.

A Semana Agrônômica de Espírito Santo do Pinhal (SAESP), na sua 40ª edição, iniciada em 1971, proporciona aos acadêmicos, produtores rurais conhecimento de novas tecnologias e pesquisa realizadas em outras Instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A Revista Ecossistema é o órgão oficial de divulgação de trabalhos científicos do Curso de Engenharia Agrônômica do UniPinhal. Foi fundada em 1975, pelo Prof.º Dr. Sérgio Batista Alves e o Diretor da Faculdade de Agronomia na época, Prof.º Romildo Miranda. Tem periodicidade anual e um conselho editorial.

Têm sido publicados trabalhos científicos de professores do curso e pesquisadores de diversas universidades do País e de outras instituições. Os exemplares são encaminhados às bibliotecas do mundo todo, e a revista é indexada internacionalmente na base de dados “CAB-Abstracts”.

O Curso de Engenharia Agrônômica conta com a participação efetiva da Associação de Ex-Alunos da Faculdade de Agronomia de Pinhal (AEAFAP). Os ex-alunos doam livros, ministram palestras, recrutam estagiários para Empresas e Institutos de pesquisa onde trabalham, colaboram com a Semana Agrônômica, atuam junto aos governos estaduais e federais.

Há, também, a Associação de Ex-Alunos e Amigos do UniPinhal que tem em seu quadro muitos ex-alunos do Curso de Engenharia Agrônômica e que participam da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (CPE).

**Maria Helena Calafiori* é Coordenadora do Curso de Engenharia Agrônômica da UniPinhal



Carnaval: agricultura e poesia na avenida

*Eduardo Daher

O carnaval carioca deste ano deu uma contribuição especial para o reconhecimento da relevância do campo para o Brasil e o planeta. Na Sapucaí, palco de um dos mais deslumbrantes espetáculos culturais do mundo, a Vila Isabel brilhou ao desvendar o mundo do agricultor, suas lidas no cultivo de alimentos, mas também um cotidiano, hoje, muito presente no asfalto dos meios urbanos, seus elementos culturais, sua religiosidade, suas histórias, canções. Isso explica a emoção que contagiou o público nas arquibancadas.

Enquanto a narrativa bucólica sobre a vida no campo foi conduzida com muita criatividade na avenida, o desfile ganhou consistência na letra do samba-enredo. Os autores descreveram com exatidão as razões do sucesso da agropecuária brasileira, como no trecho em que o agricultor-sambista entoou: "... Preciso investir, conhecer, progredir, partilhar, proteger..." De fato, esses são cinco fatores que têm norteado nos últimos anos o setor agropecuário brasileiro e têm garantido os sucessivos recordes de produção de alimentos.

O fluxo consistente de investimentos privados e públicos em pesquisa e novas tecnologias agrícolas resultaram o desempenho vigoroso do País e a conquista de mercados importantes no Exterior. A colheita da safra 2012/2013, que ocorre agora a pleno vapor, assim foi mesmo durante os dias do Carnaval, deve alcançar 185 milhões de toneladas de grãos, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com aumento de 11,3% em relação à safra passada, os números sinalizam a maior produção já registrada no País. As exportações atingiram outra marca histórica, US\$ 95,81 bilhões.

O DNA da economia brasileira está estreitamente ligado ao trabalho agropecuário, desde os primórdios da nossa história. Mas foram os aportes de recursos nos últimos anos que permitiram ao País diversificar e intensificar a produção, ampliar a oferta de alimentos nas mesas dos brasileiros e ainda atender a mercados tão exigentes como, Estados Unidos e Europa, e aqueles com demanda vertiginosa na Ásia. Ou seja, está cabendo ao Brasil a missão – depois do grande

feito do cientista agrônomo Norman Borlaug –, de liderar a segunda Revolução Verde no campo.

Conhecer as fronteiras agrícolas brasileiras, as condições e segredos de seus solos e clima também vêm representando fator de sucesso. A ciência brota nos laboratórios das instituições públicas e empresas privadas. Tal conhecimento propicia a adoção cada vez mais racional de tecnologias de base genética (sementes) e química (fertilizantes e defensivos), além de máquinas de última geração que garantem a competitividade dos cultivos.

Como prova do progresso gerado pelo campo, a cadeia do agronegócio proporciona cerca de 40 milhões de empregos, diretos e indiretos: desde a originação dos produtos na lavoura até sua distribuição por todo o mundo, passando pela indústria de alimentos e a geração de energia (combustível e elétrica) a partir da cana de açúcar. A agropecuária representa cerca de 25% de toda a produção de bens e serviços do país, o PIB. Entre 1992 e 2011, apesar da guerra protecionista comandada pelos países desenvolvidos, as exportações cresceram 615%.

A continuidade da pujança da agropecuária brasileira passa também por medidas que protejam uma atividade imprescindível para a evolução econômica, social e ambiental do País. Proteção entendida, aqui, como a garantia da sustentabilidade de todo o ciclo agrícola – desde as tecnologias adotadas na defesa das lavouras pelas pragas e doenças até a atenção com as necessidades de armazenagem e logística, para atender ao aumento exponencial de produção, com o uso responsável e eficiente dos recursos naturais.

A escola Unidos de Vila Isabel apresentou na avenida a sua lição de criatividade, vibração, profissionalismo e sucesso – substantivos que também têm sido a marca da agropecuária brasileira nos últimos anos. Ambas são campeãs!

*Eduardo Daher é diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)



Soc.hu



Fique atento!

Contribua com sua entidade

Prezado associado da AEASP, ao preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se esqueça de registrar no campo 31 o **número 58**. Desta forma você estará ajudando a AEASP a obter mais recursos que serão revertidos em seu benefício. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada à nossa entidade. Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomo, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.



AEASP na Rede

Criada recentemente, a página da AEASP no Facebook só aumenta em número de amigos. Faça parte dessa rede você também.

Endereço: <http://www.facebook.com/aeasp.novageracao?fref=ts>

Atualização do cadastro



A comunicação no mundo de hoje é dinâmica e o meio eletrônico passou a ser imprescindível para desenvolver qualquer atividade. Entretanto o cadastro de sócios da AEASP não possui o email de aproximadamente 40 % de seus membros. Por isso a AEASP reforça o pedido para que você colabore atualizando esse dado. Envie seu nome e seu endereço eletrônico (email) para: aeasp@aeasp.org.br

Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:

Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 | Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Jornal do Engenheiro
Agrônomo

Ajude-nos a aprimorar o conteúdo do JEA. Envie suas sugestões e críticas para a redação. Encaminhe suas mensagens para: adriana@acertacomunica.com.br; aeasp@aeasp.org.br